



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes  
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada  
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz  
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

## LIDERANÇAS - 2015

<b>BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PT - PMDB - PRB - PCdoB - PTdoB - PROS - PR)</b>	
Líder	Deputado Rogério Correia
Vice-Líderes	Deputado Cristiano Silveira Deputado Doutor Jean Freire Deputado Emidinho Madeira Deputado Deputada Rosângela Reis

<b>BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV - PSB - PTN - PMN - PEN - PTC - PHS - PPS - PSC - PSD)</b>	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Douglas Melo Deputado Glaycon Franco Deputado Roberto Andrade Deputado Thiago Cota Deputado Wander Borges

<b>BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB - PTB - PDT - PP - DEM)</b>	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	Deputado Carlos Pimenta Deputado Dilzon Melo Deputado Felipe Attiê Deputado João Vítor Xavier Deputado Neilando Pimenta

<b>LIDERANÇA DA MAIORIA</b>	
Líder	Deputado Vanderlei Miranda

<b>LIDERANÇA DA MINORIA</b>	
Líder	Deputado Gustavo Valadares



<b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b>	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cabo Júlio Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Fábio Cherem Deputado Léo Portela

**COMISSÕES PERMANENTES****COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado João Magalhães	PMDB - BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	Vice- Presidente
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG
Deputado João Vítor Xavier	PSDB - BVC
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM

**COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10 horas

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Fred Costa	PEN - BCMG	Presidente
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM	

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Noraldino Júnior	PSC - BCMG
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG
Deputado João Leite	PSDB - BVC
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10h30min

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM	Presidente
Deputado João Alberto	PMDB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	

Deputado Isauro Calais PMN - BCMG  
Deputado Cristiano Silveira PT - BMM

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputada Celise Laviola PMDB - BMM  
Deputado Durval Ângelo PT - BMM  
Deputado Sargento Rodrigues PDT - BVC  
Deputado Felipe Attiê PP - BVC  
Deputado Fabiano Tolentino PV - BCMG  
Deputado Agostinho Patrus Filho PPS - BCMG  
Deputado Ivair Nogueira PMDB - BMM

**COMISSÃO DE CULTURA**

Reuniões Ordinárias: quarta-feiras - 16 horas

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Bosco	PTdoB - BMM	Presidente
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Doutor Jean Freire PT - BMM  
Deputado Elismar Prado PT - BMM  
Deputada Arlete Magalhães PTN - BCMG  
Deputado Arlen Santiago PTB - BVC  
Deputado Glaycon Franco PTN - BCMG

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE**

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 9 horas

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Elismar Prado	PT - BMM	Presidente
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Noraldino Júnior	PSC - BCMG	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC	
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Leonídio Bouças PMDB - BMM  
Deputado Anselmo José Domingos PTC - BCMG  
Deputado Tony Carlos PMDB - BMM  
Deputado João Vitor Xavier PSDB - BVC  
Deputado Fred Costa PEN - BCMG

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15h30min

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Duarte Bechir	PSD - BCMG	Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	
Deputado Elismar Prado	PT - BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Antônio Jorge PPS - BCMG  
Deputada Ione Pinheiro DEM - BVC



Deputado Dalmo Ribeiro Silva  
Deputada Rosângela Reis  
Deputado Fábio Avelar Oliveira

PSDB - BVC  
PROS - BMM  
PTdoB- BMM

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 9 horas

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Cristiano Silveira  
Deputado Durval Ângelo  
Deputado Carlos Pimenta  
Deputado Duarte Bechir  
Deputado Paulo Lamac

PT - BMM  
PT - BMM  
PDT - BVC  
PSD - BCMG  
PT - BMM

Presidente  
Vice-Presidente

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ricardo Faria  
Deputado Emidinho Madeira  
Deputado Missionário Márcio Santiago  
Deputado Fábio Cherem  
Deputado Cabo Júlio

PCdoB- BMM  
PT doB- BMM  
PTB- BVC  
PSD - BCMG  
PMDB - BMM

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 9h30min

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Lamac  
Deputado Douglas Melo  
Deputado Dalmo Ribeiro Silva  
Deputado Professor Neivaldo  
Deputado Ivair Nogueira

PT - BMM  
PSC - BCMG  
PSDB - BVC  
PT - BMM  
PT - BMM

Presidente  
Vice-Presidente

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Cristina Corrêa  
Deputado Fred Costa  
Deputada Ione Pinheiro  
Deputado Cristiano Silveira  
Deputada Arlete Magalhães

PT - BMM  
PEN - BCMG  
DEM - BVC  
PT - BMM  
PTN - BCMG

### COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 11 horas

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Anselmo José Domingos  
Deputado  
Deputado Antonio Lerin  
Deputado Fábio Avelar Oliveira  
Deputado João Vitor Xavier

PTC - BCMG  
- BMM  
PSB - BCMG  
PTdoB - BMM  
PSDB - BVC

Presidente  
Vice-Presidente

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Douglas Melo  
Deputada Geisa Teixeira  
Deputado Wander Borges  
Deputado Gilberto Abramo  
Deputado Gustavo Valadares

PSC - BCMG  
PT - BMM  
PSB - BCMG  
PRB- BMM  
PSDB - BVC

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10 horas

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	Presidente
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB - BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM
Deputada Marília Campos	PT - BMM
Deputado Gil Pereira	PP - BVC
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10h30min

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	Presidente
Deputado Inácio Franco	PV - BCMG	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT - BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM	

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG
Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC
Deputado Bosco	PTdoB - BMM

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10 horas

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Gil Pereira	PP - BVC	Presidente
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM	
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC	

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Felipe Attiê	PP - BVC
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC

**COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR**

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 10 horas

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputada Marília Campos	PT - BMM	Presidente
-------------------------	----------	------------



Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado João Leite	PSDB - BVC	
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	

**COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Fabiano Tolentino	PPS - BCMG	Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Inácio Franco	PV - BCMG	
Deputado Nozinho	PDT - BVC	
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM	
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB - BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS - BCMG	

**COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	Presidente
Deputado Missionário Márcio Santiago	PTB - BVC	Vice-Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Léo Portela	PR - BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSB - BCMG	

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB - BMM	
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG	

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM	Presidente
Deputado Léo Portela	PR - BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	

**MEMBROS SUPLENTE:**



Deputado Rogério Correia	PT - BMM
Deputado João Alberto	PMDB - BMM
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG
Deputado Fabiano Tolentino	PPS - BCMG

### COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Arlen Santiago	PTB - BVC	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC	Vice-Presidente
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	
Deputado Ricardo Faria	PCdoB - BMM	

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 9 horas

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC	Presidente
Deputado João Leite	PSDB - BVC	Vice-Presidente
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM	
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM	

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM
Deputado	PCdoB - BMM

### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado Isauro Calais	PMN - BCMG	
Deputado Gil Pereira	PP - BVC	
Deputado Tito Torres	PSDB - BVC	

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado	- BMM
Deputado Bosco	PTdoB - BMM
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS - BCMG
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC

**COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15 horas

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Deiró Marra	PR - BMM	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM	
Deputado Neilando Pimenta	PP - BVC	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC	

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Léo Portela	PR - BMM
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC

**COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15 horas

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB - BVC	Presidente
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	Vice-Presidente
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM	

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC
Deputado Neilando Pimenta	PP - BVC
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG
Deputado Professor Neivaldo	PT - BMM

**COMISSÃO DE ÉTICA****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	Presidente
Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM	

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM

Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco

**SUMÁRIO****1 - ATA**

1.1 - Reunião de Comissão

**2 - ORDENS DO DIA**

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

**3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

**4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATA****ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/4/2015**

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fred Costa, Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Isauro Calais. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião, dá a ata por aprovada e solicita aos membros da comissão presentes que a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a debater o alto índice de violência contra os idosos no Estado e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Simone Aparecida Albuquerque, subsecretária de Assistência Social da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, representando o secretário; e Claryssa C. F. de Almeida, técnica da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania e vice-presidente do Conselho Estadual do Idoso, representando o secretário adjunto; e os Srs. Rodrigo de Melo Teixeira, secretário adjunto da Secretaria de Estado de Defesa Social, representando o secretário; Major Denio Sebastião Marino de Carvalho, chefe da Seção de Direitos Humanos da Polícia Militar de Minas Gerais, representando o comandante-geral; e Carlos Alberto dos Passos, presidente do Movimento de Luta Pró-Idoso de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Retira-se do recinto o deputado Isauro Calais. Logo após, a presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2015.

Fred Costa, presidente.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/4/2015****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)****(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 196/2015, do deputado Gilberto Abramo, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Casa Civil pedido de informações sobre os valores gastos com publicidade nos últimos quatro anos pelo governo do Estado e os nomes das empresas contratadas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 200/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao comandante da 2ª Região da Polícia Militar de Betim pedido de informações sobre a quantidade de máquinas de caça-níquel apreendidas nos últimos 12 meses e sobre o número de Reds dessas apreensões. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 212/2015, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações sobre a concessão do Sistema BRT-Move da Região Metropolitana de Belo Horizonte e de envio de cópia do contrato da referida concessão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 214/2015, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que solicita seja encaminhado à secretária de Educação pedido de informações sobre o número de profissionais cedidos para as Apaes prejudicados pela declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 100, de 2007, bem como sobre as alternativas para a continuidade da cessão de

profissionais da educação para essas instituições. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 284/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações sobre os trechos rodoviários atualmente em recuperação ou em melhoria, abrangidos pelo programa estruturador Caminhos de Minas, e o cronograma das obras. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 373/2015, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o servidor Fernando Pereira Gomes Neto, Masp nº 1040151-1, lotado no Hospital João XXIII, em Belo Horizonte, para apuração de denúncia de suposta acumulação ilegal de cargos públicos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 2/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Célio Dantas de Brito para o cargo de diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 3/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Roberto do Nascimento Rodrigues para o cargo de presidente da Fundação João Pinheiro - FJP. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 4/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Renato Fraga Valentim para o cargo de presidente da Fundação Ezequiel Dias - Funed. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 5/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Evaldo Ferreira Vilela para o cargo de presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 1/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Jorge Raimundo Nahas para o cargo de presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

#### **2ª Fase**

**(das 16h15min às 18 horas)**

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 8/2015, do procurador-geral de Justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2014, para revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

### **ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 29/4/2015**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

### **ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 29/4/2015**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

### **ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 29/4/2015**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

### **ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 29/4/2015**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:  
Requerimentos nºs 446 e 452/2015, do deputado Noraldino Júnior.  
Discussão e votação de pareceres de redação final.  
Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 29/4/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:  
Requerimentos nºs 460/2015 e 465/2015, da Comissão de Direitos Humanos; e 518/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.  
Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 30/4/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:  
No 1º turno: Projeto de Lei nº 118/2015, dos deputados Fred Costa e Paulo Lamac.  
Discussão e votação de pareceres de redação final.  
Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 30/4/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da comissão.



**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 9 horas do dia 29 de abril de 2015, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Lei nº 8/2015, do Procurador-Geral de Justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2014, para revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 28 de abril de 2015.

Adalclever Lopes, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 29/4/2015, destinada à entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado ao Sr. Antônio José Vieira, presidente da Higident do Brasil Indústria e Comércio Ltda.

Palácio da Inconfidência, 28 de abril de 2015.

Adalclever Lopes, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Missionário Marcio Santiago, Leandro Genaro e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/4/2015, às 12 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 271 e 272/2015, do deputado Inácio Franco, e o Requerimento nº 508/2015, dos deputados Noraldino Júnior e Missionário Marcio Santiago, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2015.

Antônio Jorge, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça**

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Alberto, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/4/2015, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 641/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 39 e 49/2015, do deputado Fred Costa; 86/2015, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior; 93/2015, do deputado Fred Costa; 131/2015, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior; 193 e 202/2015, do deputado Fred Costa; 210/2015, dos deputados Fred Costa e Anselmo José Domingos; 217, 319, 330, 341, 344 e 443/2015, do deputado Fred Costa; 447 e 478/2015, do deputado Arlen Santiago; 493 e 576/2015, do deputado Fred Costa; 618 e 619/2015, do deputado Gustavo Valadares; 644/2015, do deputado Fred Costa; 663 e 664/2015, da deputada Rosângela Reis; 671/2015, do deputado Gustavo Valadares; 699/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel; e 852/2015, do deputado Ivair Nogueira, de discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 764/2015, do deputado Braulio Braz, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2015.

Leonídio Bouças, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Conjunta das Comissões de Cultura e de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro e os deputados Thiago Cota e Wander Borges, membros da Comissão de Cultura; os deputados Cristiano Silveira, Durval Ângelo, Carlos Pimenta, Duarte Bechir e Paulo Lamac, membros da Comissão de Direitos Humanos, para a reunião a ser realizada em 29/4/2015, às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais de fechar o Teatro Klauss Vianna a partir de julho de 201 e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2015.

Bosco, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Felipe Attiê, Antônio Lerin, Fábio Avelar Oliveira e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião de audiência pública a ser realizada em 4/5/2015, às 10 horas, no auditório do Centro Educacional Profissional do Sudoeste Mineiro, em São Sebastião do Paraíso, com a finalidade de debater os avanços e problemas da Rodovia MG-050, que repercutem diretamente no turismo e no desenvolvimento econômico regional, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2015.

Antônio Carlos Arantes, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 692/2015****Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Bairros Alvarenga, Florência de Paiva e Maria do Carmo - Acaflomc -, com sede no Município de Corinto.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 27/3/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.



### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 692/2015 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Bairros Alvarenga, Florência de Paiva e Maria do Carmo - Acaflomc -, com sede no Município de Corinto.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998. Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, no art. 24, que as atividades de seus diretores e conselheiros não são remuneradas; e, no art. 28, parágrafo único, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade assistencial congênere, com personalidade jurídica e registro nos órgãos públicos.

### Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 692/2015 na forma apresentada. Sala das Comissões, 28 de abril de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - Luiz Humberto Carneiro, relator - João Alberto - Isauro Calais.

## PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 694/2015

### Comissão de Constituição e Justiça

#### Relatório

De autoria do deputado Fabiano Tolentino, o projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a Associação Divinopolitana de Ciclismo, com sede no Município de Divinópolis.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 27/3/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte, Lazer e Juventude.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 694/2015 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Divinopolitana de Ciclismo, com sede no Município de Divinópolis.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998. Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, no art. 5º, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere, legalmente constituída e declarada de utilidade pública; e, no art. 58, que seus dirigentes, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes não são remunerados, sendo-lhes vedado o recebimento de vantagens ou benefícios.

### Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 694/2015 na forma apresentada. Sala das Comissões, 28 de abril de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - João Alberto, relator - Isauro Calais - Luiz Humberto Carneiro.

## PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 730/2015

### Comissão de Constituição e Justiça

#### Relatório

De autoria do deputado Antônio Carlos Arantes, a proposição de lei em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.668/2014, visa declarar de utilidade pública a Fundação Cultural de Guaxupé, com sede no Município de Guaxupé.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 28/3/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 730/2015 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Fundação Cultural de Guaxupé, com sede no Município de Guaxupé.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998. Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Ressalte-se que, no estatuto constitutivo da instituição, os arts. 45, § 1º, 109, § 3º, e 113, parágrafo único, vedam a remuneração de seus diretores e conselheiros; e, com relação à dissolução da entidade, deve ser observado o art. 69 do Código Civil, que determina a incorporação de seu patrimônio remanescente a outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante ao da entidade dissolvida.

### Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 730/2015 na forma apresentada. Sala das Comissões, 28 de abril de 2015.



Leonídio Bouças, presidente e relator - João Alberto - Isauro Calais - Luiz Humberto Carneiro.

## PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 539/2015

### Comissão de Constituição e Justiça Relatório

De autoria do deputado Fred Costa, o Projeto de Lei nº 539/2015, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.081/2012, “institui a política estadual de descentralização do atendimento ao adolescente inserido em medida socioeducativa de internação e dá outras providências”.

Publicado no *Diário do Legislativo* de 20/3/2015, o projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Compete a esta comissão, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno, manifestar-se preliminarmente quanto aos aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 539/2015 pretende instituir a política estadual de descentralização da execução de medida socioeducativa de internação aplicada a adolescentes infratores, estabelecendo parâmetros organizacionais administrativos e físicos das unidades de atendimento onde a medida é cumprida. Para tanto, a proposição determina que a descentralização do atendimento dar-se-á com a efetivação da “gestão pedagógica”, a implantação de novas unidades de atendimento socioeducativo e a qualificação de servidores públicos nos parâmetros do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase –, criado pela Lei Federal nº 12.594, de 18/1/2012. Segundo o projeto, unidade de atendimento socioeducativo é o espaço que unifica, concentra e integra o atendimento ao adolescente, com autonomia técnica e administrativa e quadro próprio de servidores públicos, para o desenvolvimento de projeto pedagógico específico.

Em seguida, a proposição traça as diretrizes e os objetivos da política que se pretende estabelecer.

Como instrumentos para efetivação da política estabelecida pelo projeto, são indicados, em seu art. 4º, o plano estadual, o sistema estadual, o fundo estadual e a cooperação entre entes públicos de diferentes níveis de poder e entes privados. O modo de atuação dos referidos instrumentos são listados nos incisos I a III do parágrafo único do referido artigo.

Em seu art. 5º, a proposição determina a priorização do atendimento específico aos adolescentes que apresentem problemas de dependência química por meio do projeto pedagógico, das instalações e das ações da unidade de atendimento.

No art. 6º, o projeto traça diretrizes para o atendimento na unidade socioeducativa, que deverá levar em consideração o “necessário processo de continuidade e de integração em novos programas dirigidos aos adolescentes e aos jovens adultos egressos das medidas privativas de liberdade”.

O projeto faculta aos demais órgãos públicos estaduais, em especial aqueles das áreas de saúde, de segurança pública e de assistência social, a possibilidade de “dotar-se dos princípios, objetivos, ações e serviços” da política nele estabelecida.

A Constituição Federal estabeleceu a competência concorrente da União e dos estados membros para legislar sobre proteção à infância e à juventude em seu art. 24, XV. Ao exercer sua competência legislativa, a União promulgou a Lei Federal nº 12.594, de 2012, que instituiu o Sinase e regulamentou a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional, entre outras providências.

A referida lei traçou as normas gerais para a execução das medidas a serem aplicadas aos adolescentes infratores, entre elas a medida de internação. Para tanto, o § 1º de seu art. 1º instituiu o Sinase, que é “o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei”.

Na implementação do sistema, a Lei Federal nº 12.594 guardou observância ao princípio federativo, ao estabelecer que o Sinase será integrado pelos sistemas estaduais e municipais responsáveis pela implementação e execução dos respectivos programas de atendimento aos adolescentes infratores, assegurando-lhes expressamente a liberdade de conformação organizacional e de funcionamento, observadas as diretrizes nela estabelecidas. É o que dispõe o art. 2º da referida lei federal.

E a própria lei federal que instituiu o Sinase reforça sua obediência ao princípio federativo, ao assinalar expressamente em seu art. 4º, III e IV, que compete aos estados membros, respectivamente, criar, desenvolver e manter programas para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação; e editar normas complementares para a organização e o funcionamento do seu sistema de atendimento e dos sistemas municipais.

Firmadas essas premissas, é de se concluir que a competência para a organização do serviço de atendimento ao adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa de internação deve ser objeto de lei estadual, encontrando-se dentro dos limites fixados pela competência legislativa outorgada pela Carta da República aos estados membros.

Entretanto, a inauguração do processo legislativo que venha versar sobre o tema cabe exclusivamente ao governador do Estado, por força do disposto no art. 66, III, “e”, combinado com o art. 90, XIV, da Constituição do Estado. Assim é porque a política estadual cuja implantação é pretendida pelo projeto de lei em análise busca promover a reorganização dos órgãos públicos estaduais responsáveis pela execução de medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes infratores, descentralizando sua atuação administrativa (art. 1º) e determinando a implantação de novas unidades de atendimento (art. 2º, I, II; art. 3º, I), às quais será outorgada autonomia técnica e administrativa (art. 1º, § 2º), com diretrizes de atendimento e qualificação pessoal dos servidores previamente definidas (art. 2º, IV, V e VI; art. 3º, II, IV e V; art. 5º; art. 6º).

Ou seja, as normas veiculadas no projeto tratam da organização da administração direta estadual e, portanto, impedem que o processo legislativo seja inaugurado por outro ator que não o governador do Estado, sob pena de irremissível inconstitucionalidade formal.

**Conclusão**

Em face do exposto, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 539/2015.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - Luiz Humberto Carneiro, relator - João Alberto - Isauro Calais.

**PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 373/2015****Mesa da Assembleia****Relatório**

Por intermédio da proposição em epígrafe, a Comissão de Administração Pública requer ao presidente da Assembleia Legislativa seja encaminhado ofício ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig - solicitando informações sobre o servidor Fernando Pereira Gomes Neto, lotado no Hospital João XXIII, em Belo Horizonte, para apuração de eventual acumulação ilegal de cargos.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 7/4/2015, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, inciso VIII, “c”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O requerimento em tela visa obter informação do presidente da Fhemig sobre a situação funcional do servidor Fernando Pereira Gomes Neto, Masp nº 1040151-1, lotado no Hospital João XXIII, em Belo Horizonte, para apuração de eventual acumulação ilegal de cargos.

O pedido de informações é um dos instrumentos disponíveis ao órgão legislativo estadual para o exercício da sua competência de fiscalização e controle, conforme prevê o art. 54 da Constituição Estadual:

“Art. 54 - A Assembleia Legislativa ou qualquer de suas comissões poderão convocar Secretário de Estado, dirigente de entidade da administração indireta ou titular de órgão diretamente subordinado ao Governador do Estado para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de responsabilidade, no caso de ausência injustificada.

(...)

§ 3º - A Mesa da Assembleia poderá encaminhar pedido de informação a dirigente de entidade da administração indireta, ao Comandante-Geral da Polícia Militar e a outras autoridades estaduais, e a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização”.

O art. 62, inciso XXXI, da Constituição Estadual, conferiu à Assembleia Legislativa a prerrogativa de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

O inciso X do art. 49 da Constituição da República estabelece como competência do Poder Legislativo a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, bem como os arts. 73 e 74 da Constituição do Estado, os quais, em simetria, atribuem ao Legislativo o dever de fiscalizar o exercício da função administrativa do Estado.

É necessário ressaltar que o art. 46, inciso III, do Regimento Interno desta Casa assegurou ao deputado o direito de encaminhar, por meio da Mesa da Assembleia Legislativa, pedido escrito de informação a autoridades públicas. O art. 79, inciso VIII, alínea “c”, ainda, prevê a competência da Mesa da Assembleia para, privativamente, emitir parecer sobre os requerimentos sobre pedido de informações, somente o admitindo quanto a fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou quanto a fato sujeito a controle e fiscalização da Assembleia Legislativa.

Sobre a matéria constante na proposição, destacamos que o art. 37, XVI, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, estabelece a proibição da acumulação remunerada de cargos públicos, exceto nos seguintes casos: dois cargos de professor; um cargo de professor com outro técnico ou científico; dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Ademais, é entendimento desse colegiado que, no exercício da prerrogativa fiscalizadora que lhes compete, têm os parlamentares o direito e o dever de requerer informações que subsidiem sua atuação no exercício da representação em busca de solução para os problemas apresentados ao Estado pela população.

Diante do que foi exposto, entendemos inexistir óbice jurídico à aprovação da proposição em comento, tendo em vista que a pretensão possui pertinência com o exercício das atribuições de fiscalização e controle dos atos administrativos do Poder Executivo previstas constitucionalmente para o Poder Legislativo.

**Conclusão**

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 373/2015.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 6 de abril de 2015.

Hely Tarquínio, relator.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 27/4/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

**Gabinete do Deputado Carlos Pimenta**

nomeando Juliana de Fátima Miranda Santos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas.

**Gabinete da Deputada Geisa Teixeira**

nomeando Marcos de Jesus Marinho para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

**Gabinete do Deputado Professor Neivaldo**

nomeando Fernando Pessoa para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e 5.305, de 22/6/2007, da Lei nº 9.384, de 18/12/1986, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/2002, assinou os seguintes atos:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 28/4/2015, que nomeou Rogerio Carlos da Silva para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Ana Paula Ribeiro para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais.

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 36/2015**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Atual Service Ltda. Objeto: prestação de serviços gerais de suporte à gestão patrimonial e de materiais, com fornecimento de uniformes, equipamentos de segurança e demais materiais que forem necessários. Objeto do aditamento: revisão de preços decorrente de majoração de parcelas remuneratórias definida na Convenção Coletiva de Trabalho nº 2.015/2015, celebrada entre o Sindicato dos Empregados em Edifícios e Condomínios, em Empresas de Prestação de Serviços em Asseio, Conservação, Portaria, Vigia e Cabineiros de Belo Horizonte e o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Vigência: a partir da data de assinatura deste termo, com pagamento dos valores apurados após 1º/1/2015, termo inicial da vigência da referida convenção coletiva. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 38/2015**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Reformalar Ltda. Objeto: prestação de serviço de manutenção corretiva e reforma de mobiliário, com fornecimento de peças, acessórios, partes de móveis e demais componentes necessários à perfeita execução dos serviços. Objeto do aditamento: alteração da cláusula 3 do Termo de Aditamento nº 31/2015, fixação dos novos valores unitários especificados para cada serviço conforme INPC-IBGE apurado de março de 2014 a fevereiro de 2015 e manutenção da limitação da despesa anual máxima do contrato. Vigência: a partir da sua assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 40/2015**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cemig Distribuição S.A. Objeto: contrato de fornecimento de energia elétrica, na modalidade tarifária horossazonal verde, ao edifício Carlos Drummond de Andrade. Objeto do aditamento: aumento da demanda contratada para 366kW. Vigência: a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.